Balanço em 31 de Dezembro de 2018			(em euros)
Rubrica	Notas	2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	248 200,69	258 739,18
Bens do património histórico e cultural			
Ativos intangiveis			
Investimentos financeiros	7	330,37	167,11
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Outros créditos e ativos não correntes			
Total ativo não corrente		248 531,06	258 906,29
Ativo corrente			
Inventários			
Créditos a receber	8	8 834,10	3 868,70
Estado e outros entes públicos			
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Diferimentos	11	109,48	145,57
Outros ativos correntes	10	103 434,80	73 174,42
Caixa e depósitos bancários	12	8 731,36	17 209,74
Total ativo corrente		121 109,74	94 398,43
Total ativo		369 640,80	353 304,72
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	13	757,83	757,83
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	14	310 384,58	209 836,26
Excedentes de revalorização			
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	15		87 289,55
Resultado líquido do período		8 770,18	13 258,77
Dividendos antecipados			
Interesses que não controlam			
Total fundos patrimoniais		319 912,59	311 142,4
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras dívidas a pagar			
Total passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	16	1 041,92	3 299,70
Estado e outros entes públicos	9	3 215,05	3 473,9
Fundadores/ beneméritos /patrocinadores/ doadores/ associados/ membros			
Financiamentos obtidos		42.000.40	****
Diferimentos	11	12 988,40	144,0
Outros passivos correntes	17	32 482,84	35 244,5
Total passivo corrente		49 728,21	42 162,3
Total passivo		49 728,21	42 162,31
Total fundos patrimoniais e passivo		369 640,80	353 304,72

José Marinheiro Leal

Jorge Miguel Vitorino Rodrigues

(em euros)

# Demonstração dos resultados por naturezas em 31 de Dezembro de 2018

Rendimentos e Gastos	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	18	69 790,34	61 876,97
Subsídios, doações e legados à exploração	19	124 035,92	64 137,28
Variação nos inventários da produção			,
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorías vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos	20	(51 453,47)	(46 439,19)
Gastos com o pessoal	21	(189 855,98)	(167 164,86)
Ajustamento de inventários (perdas / reversões)		(======================================	(207 104,00)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)			
Provisões (aumentos / reduções)			
Provisões específicas (aumentos / reduções)			
Outras imparidas (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor			
Outros rendimentos	22	103 192.17	149 723,04
Outros gastos	23	(36 400,31)	(37 397,58)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		19 308,67	24 735,66
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	24	(10 538,49)	(11 476,89)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamentos e impostos)		8 770,18	13 258,77
Juros e rendimentos similares obtidos		0 770,10	13 230,77
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		8 770,18	13 258,77
Imposto sobre o rendimento do período		0 770,10	13 230,77
Resultado líquido do período		8 770,18	13 258.77
		6 770,18	13 238,77

O Contabilista Certificado

José Marinheiro Leal

Jorge Wiguel Vitorino Rodrigues

Presidente de Direcção



### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018



#### 1 Nota introdutória

A Associação Portuguesa de Surdos foi fundada em 24/09/1958, tem a sua sede na Rua Professor Orlando Ribeiro, 5-B, 1600-796 LISBOA e tem o NIPC 500950253.

É uma instituição particular de solidariedade social que tem por objectivo as seguintes actividades:

- 1) Representação da comunidade surda juntos de organismos públicos;
- 2) Apoio aos sócios para a prática de actividades desportivas;
- Apoio aos sócios seniores na ocupação de tempos livres e na organização de actividades de convívio;
- 4) Apoio a sócios, através de programas de promoção de desenvolvimento cultural e social.

### 2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

#### a) Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei 98/2015 de 2 de Junho Transpõe a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas.
- Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 09 de Março (Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo);
- Portaria 218/2015 de 23/07 Códigos de contas a adoptar pelas ESNL.
- Portaria 220/2015 de 24/07 Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às ESNL.

A entidade adoptou a NCRF-ESNL pela primeira vez em 2011, desta forma a entidade preparou o balanço de abertura a 1 de Janeiro de 2011 aplicando para o efeito as disposições previstas na NCRF-ESNL. As demonstrações financeiras de 2010, preparadas e aprovadas de acordo com o anterior referencial contabilístico, foram alteradas, de modo a que sejam comparáveis com as demonstrações financeiras de 2011

### b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### c) Regime do acréscimo

A Entidade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Outras contas a receber", "Outras contas a pagar" e "Diferimentos".



### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018



#### d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

#### e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

#### f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

#### g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

### h) Derrogação das disposições do SNC

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da entidade.

### 3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

#### a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Entidade são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transacções em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transacção.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transacções bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos activos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados nas rubricas "Juros e rendimentos similares obtidos" e "Juros e gastos similares suportados", se relacionados com empréstimos ou em "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", para todos os outros saldos e transacções.



### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018



#### b) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções
 Equipamento básico
 Equipamento de transporte
 Equipamento administrativo
 50 anos
 2 a 10 anos
 4 anos
 2 a 8 anos

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias.

#### c) Imposto sobre o rendimento

A Entidade está isenta do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000 inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2013 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### d) Inventários

No final do período que terminou em 31 de Dezembro de 2018 a Entidade não possuía quaisquer bens em inventário.

#### e) Clientes/Utentes e outros valores a receber

As contas de "Clientes/Utentes" e "Outras contas a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na demonstração de resultados na rubricas "Imparidades de dívidas a receber", para que as mesmas reflictam o seu valor realizável líquido.



### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018



#### f) Caixa, depósitos bancários e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui Caixa, Depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "Passivo corrente".

#### g) Provisões

A Entidade analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação, não tendo reconhecido existência de contingências que pudessem conduzir à criação de Provisões.

## h) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal que é substancial equivalente ao seu justo valor.

#### i) Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

### j) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.



### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





#### k) Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e pelas prestações de serviços decorrentes da actividade normal da Entidade. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Entidade reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Entidade baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transacção e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data das vendas ou das prestações dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade.

#### Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados com o desenvolvimento de acções de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

### 4 Alterações de políticas e de estimativas contabilísticas e erros

Não foram adotadas quaisquer normas ou interpretações novas ou revistas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não ocorreram quaisquer alterações voluntárias de outras políticas contabilísticas, nem se verificaram alterações em estimativas contabilísticas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Entidade não ajustou as suas demonstrações financeiras por quaisquer correcções de erros materiais de exercícios anteriores.

#### 5 Fluxos de caixa

Os componentes de caixa e seus equivalentes, no final do exercício de 2018 e no final do exercício transacto, eram, conforme relevado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, os seguintes:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Numerário	1 992	2 099
Depósitos bancários	6 739	15 110
Instrumentos financeiros	-	-
Caixa e seus equivalentes	8 731	17 210



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018



## 6 Activos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos Activos fixos tangíveis e respectivas depreciações, nos exercícios de 2018 e de 2017 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2017					
	Saldo em 01-Jan-17	Aquisições/ /Dotações	Abates	Transferênc.	Revaloriz.	Saldo em 31-Dez-17
Custo:						
Terrenos e recursos naturais	-	_	-	-	-	
Edifícios e outras construções	251 873	_	_	-	-	251 873
Equipamento básico	50 063	2 213	-	-	-	52 276
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	15 651	-	-	-	-	15 651
Outros activos fixos tangíveis		-	-	-	-	-
Investimentos em curso						
	317 587	2 213	-	-	-	319 800
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	11 334	3 778	-	-	-	15 112
Equipamento básico	28 764	5 487		-	-	34 251
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	
Equipamento administrativo	9 486	2 212	-	-		11 697
Outros activos fixos tangíveis	-		-		-	
	49 584	11 477		-		61 061

	31 de Dezembro de 2018					
	Saldo em 01-Jan-18	Aquisições/ /Dotações	Abates	Transferênc.	Revaloriz.	Saldo em 31-Dez-18
Custo:						
Terrenos e recursos naturais		-	12	-	-	-
Edifícios e outras construções Equipamento básico	251 873 52 276		-		:	251 873 52 276
Equipamento biológico		-		-		
Equipamento administrativo Outros activos fixos tangíveis	15 651	-	-	-		15 651 -
Investimentos em curso						-
	319 800	-	-	-	-	319 800
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	15 112	3 778	-	-	-	18 890
Equipamento básico	34 251	5 387	-	1/20	2	39 639
Equipamento biológico		-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	11 697	1 373		-	-	13 070
Outros activos fixos tangíveis						-
	61 061	10 538	-	-	-	71 600



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018



### 7 Investimentos financeiros

No final dos períodos que terminaram em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica "Activos intangíveis" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-18		31-De:	:-17
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Outros investimentos financeiros-	-	-	-	-
<ul> <li>Fundo de compensação salarial</li> </ul>	•	330	-	167
		330	-	167
		-	-	-
	-	330	-	167

### 8 Créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Créditos a Receber" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-18		31-Dez-17	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Clientes/Utentes conta corrente	-	8 834	-	3 869
Clientes/Utentes de cobrança duvidosa	-	-	-	-
•	-	8 834	-	3 869
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
		8 834		3 869

### 9 Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Activo		
Imposto sobre o rendimento		-
Retenção de impostos sobre rendimentos	-	-
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-
Outros impostos	-1	_
Contribuições para a Segurança Social	-	
Tributos das autarquias locais	-	
Outras tributações		
	•	-
Passivo		
Imposto sobre o rendimento		-
Retenção de impostos sobre rendimentos	282	270
Imposto sobre o valor acrescentado	-	-
Outros impostos	-	-
Contribuições para a Segurança Social	2 908	3 196
Tributos das autarquias locais		
Outras tributações	25	8
	3 215	3 474



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018



### 10 Outros activos correntes

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica "Outras contas a receber" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-18		31-Dez	:-17
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	
Sector Publico Administrativo-IGFSS	-	76 997	-	69 063
Sector Publico Administrativo-IEFP		18 974		4 036
Adiantamentos a fornecedores	_	3 604	-	75
Devedores diversos		3 859		
Acrécimos de Proveitos				-
	-	103 435	-	73 174

### 11 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 os saldos da rubrica "Diferimentos" do activo e passivo foram como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Activo		
Seguros pagos antecipadamente	-	115
Rendas e alugueres pagas antecipadamente	-	-
Gastos plurienais a reconhecer-Obras	-	-
	-	-
	-	-
Gastos diversos a reconhecer	109	30
	109	146
Passivo		
	-	-
		-
Rendimentos diversos a reconhecer	12 988	144
	12 988	144

### 12 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Caixa	1 992	2 099
Depósitos à ordem	6 739	15 110
Depósitos a prazo	-	-
•••	17	-
Outros	-	-
	8 731	17 210



### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018



#### 13 Fundos

Em 31 de Dezembro de 2018 o fundo social da Entidade, totalmente realizado, era de 757,83 euros.

#### 14 Resultados transitados

Por deliberação da Assembleia Geral que aprovou as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício, no montante de 13.258,77 euros, fosse integralmente transferido para a rubrica de Resultados transitados.

A conta de Resultados transitados foi, também, afetada pela transferência de 87,289,55€ da rubrica "Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais.

### 15 Ajustamentos/Outras variações nos fundos pratimoniais

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais tinha a seguinte composição:

SUBSÍDIOS E DOAÇÕES				
	31-Dez-18	31-Dez-17		
Saldo Inicial	87 290	90 781		
Transferência p/ conta 561	87 290	3 492		
Saldo Final	5	87 290		

#### 16 Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Fornecedores conta corrente	1 042	3 300
Fornecedores conta títulos a pagar		-
Facturas em recepção e conferência	-	
Outros fornecedores	-	-
	1 042	3 300



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018



### 17 Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	31-Dez-18		31-De:	z-17
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Clientes conta corrente	-	-	-	-
***	-	-	-	-
Pessoal	-	111	-	12 324
Fornecedores de Imobilizado-c/corrente	-		121	-
Credores c/ Rend. Profissionais	-	-	-	-
Encargos c/ Férias a Liquidar	-	18 284		17 714
Sector Público Administrativo-IEFP		-		
Outras contas a pagar	-	14 088	-	5 206
	-	32 483	-	35 244

### 18 Vendas e serviços prestados

A rubrica Vendas e prestações de serviços, nos períodos de 2018 e de 2017, foram como segue:

	31-Dez-18		31-Dez-17			
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas de mercadorias	-	-	-	-	-	-
Vendas de produtos acabados	-	-	-	-	-	-
Vendas de desperdícios e refugos	_	_	-	-	-	
Quotizações e Joias	5 527	_	5 527	4 444	_	4 444
Prestações de serviços	64 263	-	64 263	57 433		57 433
	69 790		69 790	61 877	-	61 877

## 19 Subsídios, doações e legados à exploração

Nos períodos de 2018 e de 2017 a Entidade reconheceu rendimentos decorrentes dos seguintes subsídios:



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





	31-Dez-18	31-Dez-17
Centro Regional Seg. Social Lisboa	20 591	20 591
Inst. Emp. Formação Profissional	89 197	22 945
Federação Portuguesa Associações Surdos	-	3 250
Câmara Municipal de Lisboa	1 824	4 970
INR-Inst.Nacional para a Reabilitaçãp	7:	6 331
Outros subsídios e donativos	12 424	6 050
	124 036	64 137

### 20 Fornecimentos e serviços externos

A decomposição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	31 642	24 876
Materiais	2 776	2 986
Energia e fluídos	4 467	4 195
Deslocações, estadas e transportes	9 074	8 971
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	-	-
Comunicação	2 065	2 819
Seguros	108	-
Royalties	118	66
Contencioso e notariado	386	683
Despesas de representação	180	537
***	-	-
Outros serviços	637	1 307
	51 453	46 439

### 21 Gastos com pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 foi a seguinte:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Remunerações dos órgãos sociais	-	-
Remunerações do pessoal	134 084	115 605
Benefícios pós-emprego	-	-
Indemnizações		-
Encargos sobre remunerações	27 955	23 893
Seguros	1 389	1 212
Gastos de acção social	8 558	9 681
Outros gastos com o pessoal	17 870	16 775
	189 856	167 165

O número médio de empregados da Entidade no exercício de 2018 foi de 8 e no exercício de 2017 de 8.



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





#### 22 Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Rendimentos suplementares	12 685	9 916
Ganhos em activos fixos tangíveis		-
Outros rendimentos e ganhos		-
-Correcções relativas a exercícios anteriores	1 018	2 417
-Imputação de subsídios para investimentos	-	3 492
-Outros rendimentos não especificados	251	13
	-	-
Subsídios para formação profissional – FSE	89 238	133 886
	103 192	149 723

### 23 Outros gastos

Os outros gastos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foram como segue:

	31-Dez-18	31-Dez-17
Impostos	12	314
Outros gastos e perdas	-	-
-Correcções relativas a exercícios anteriores	2 013	421
-Multas fiscais e não fiscais	-	-
-Quotizações	850	500
-Confraternização de associados e actividades desportivas	11 071	13 223
- Outros gastos e perdas não especificados	118	-
Custos com accões financiadas pelo FSE	22 336	22 940
	36 400	37 398

### 24 Gastos/Reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	31-Dez-18		31-Dez-17			
	Gastos	Reversões	Total	Gastos	Reversões	Total
Propriedades de investimento	-	-		-	-	
Activos fixos tangíveis	10 538	-	10 538	11 477	-	11 477
Activos intangíveis	-	-	-	-	-	-
	10 538	-	10 538	11 477	-	11 477



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

### 25 Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

### 26 Informações exigidas por diplomas legais

A Direcção informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no artigo 210.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, a Direcção informa que a situação da entidade perante a segurança social se encontra regularizada..

O Contabilista Certificado:

José Marinheiro Leal

O Presidente da Direcção:

lorge Miguel Vitorino Rodrigues